

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.933 - RS (2019/0300464-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SILVA DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CARLOS ALBERTO SILVA DO NASCIMENTO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o paciente teve indeferido o pedido de comutação de pena com base no Decreto n. 9.246/2017.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução à Corte de origem, que negou provimento ao recurso.

Neste *writ*, a Defensoria Pública estadual sustenta, em resumo, que o artigo 7º, parágrafo único, do Decreto n. 9.246/2017 deve ser interpretado à luz do sistema de execução penal e à vista dos decretos anteriores. Afirma que não há vedação para que o apenado que foi agraciado com comutação de pena, por força de decretos anteriores, tenha a pena comutada com fundamento no artigo 7º do Decreto n. 9.246/2017.

Pleiteia, em sede de liminar, a concessão da ordem para que seja determinada a suspensão da decisão proferida pelo Tribunal de origem até o julgamento do mérito deste *writ*.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Ministro

